INSTRUMENTOS DE REPORTE DE SUSTENTABILIDADE (TRIPLE BOTTOM LINE)

Alcindo Martins Lima (UFSM)
alcindo@portoweb.com.br

Instrumentos de reporte de sustentabilidade (triple bottom line)ResumoAs transformações ocorridas no mundo dos negócios, bem como na configuração geopolítica internacional tem trazido conseqüências severas a sociedade. A partir da década dee 80 assistimos a mudanças de comportamento empresarial no sentido de adaptação a um novo modelo de expansão do capital, exigindo novos paradigmas de gestão. O movimento pela Responsabilidade Social Corporativa insere-se neste processo como uma perspectiva de reação e esperança por um novo ciclo de desenvolvimento caracterizado por uma postura ética, respeito ao meio ambiente e maior justiça social. No presente trabalho procuramos explicitar a evolução do movimento pela Responsabilidade Social Corporativa bem como apresentar os seus instrumentos de reporte de sustentabilidade

Palavras-chaves: administração, comunicação de sustentabilidade, responsabilidade social corporativa

1. Introdução

O avanço do Capitalismo como modelo econômico hegemônico tem exigido da sociedade mundial concessões cada vez maiores, pois o desenvolvimento capitalista pressupõe níveis mais elevados de acumulação a cada ciclo. O desenvolvimento das sociedades organizadas e seus meios de acumulação de capital social, não têm demonstrado a mesma eficiência em relação ao capital industrial e financeiro, acarretando como conseqüência um descompasso no equilíbrio das forças que regem o sistema. A clássica preocupação com os aspectos econômicos e financeiros como a obtenção do lucro, expansão de mercado, a fixação da marca, e a distribuição de dividendos, já não garantem necessariamente, por si só, uma gestão eficiente e perene. Os movimentos sistematizados mundialmente pela qualidade, meio-ambiente, saúde e segurança no trabalho e recentemente pela responsabilidade social demonstram a resposta da sociedade organizada perante esta situação.

Especificamente o movimento pela Responsabilidade Social busca uma nova dimensão em termos de relações internas e externas das empresas como postura ética, cumprimento da legislação, transparência em suas ações, respeito ao meio-ambiente e ao consumidor e reinvestimento na sociedade, extrapolando as fronteiras empresariais clássicas e fazendo com que os empresários busquem novos paradigmas em termos de gestão empresarial.

2. Responsabilidade Social Corporativa

Encontramos em Oliveira (1984) que o termo "responsabilidade social apareceu escrito pela primeira vez em um manifesto subscrito por 120 industriais ingleses. Tal documento definia que "a responsabilidade dos que dirigem a indústria é manter um equilíbrio justo entre os vários interesses dos públicos, dos consumidores, dos funcionários, dos acionistas. Além disso, a maior contribuição possível ao bem-estar da nação como um todo". Oliveira ressalta que apesar de defenderem a inclusão da questão social entre as preocupações das empresas, além do lucro dos acionistas, seus questionamentos não tiveram aceitação e foram postos de lado. O marco inicial para uma visão mais ampla vamos encontrar no livro de Howard Bowen "Responsabilities of the Businessman", em 1953 nos Estados Unidos. A reflexão de Bowen surge de uma aprofundada pesquisa sobre "Ética e Vida Econômica Cristã, iniciada em 1949 pelo Conselho Federal das Igrejas de Cristo da América". Neste estudo Bowen conceitua responsabilidade social como "as obrigações dos homens de negócios de adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação, que sejam compatíveis com os fins e valores de nossa sociedade" (BOWEN, 1957). Com o passar do tempo e o acirramento da competição mundial e os níveis de desequilíbrio que a economia mundial foi enfrentando o aumento da participação das empresas torna-se mandatória e o debate intenso. Para Melo Neto e Froés (2001) "*A consciência social dos empresários começou a despertar quando eles próprios perceberam que os problemas sociais atrapalhavam o desenvolvimento dos seus negócios (baixo poder aquisitivo da população, sistema educacional deficiente, violência, etc)*". O movimento das duas ultimas décadas certamente poderá ser no futuro reconhecido como o despertar da consciência social do empresariado mundial.

Oliveira (1984) observa que o termo responsabilidade social apresenta ainda hoje múltiplos entendimentos como: "para uns, é tomada como uma responsabilidade legal ou obrigação social; para outros, é o comportamento socialmente responsável em que se observa a ética, e para outros ainda, não passa de contribuições de caridade que a empresa deve fazer. Há também os que admitem que a responsabilidade social é, exclusivamente, a responsabilidade

de pagar bem aos empregados e dar-lhes bom tratamento. Logicamente, responsabilidade social das empresas é tudo isto, muito embora não seja somente estes itens isoladamente".

Para o Instituto Ethos (2001), uma das referências no Brasil no que diz respeito a responsabilidade social corporativa, a empresa socialmente responsável vai "além da obrigação de respeitar as leis, pagar impostos e observar as condições adequadas de segurança e saúde para os trabalhadores". No livro Verde da Comunidade Européia (2001), encontramos um conceito dentro do mesmo espírito, " ser socialmente responsável não se restringe ao cumprimento de todas as obrigações legais - implica ir mais além através de um maior investimento em capital humano, no ambiente e nas relações com outras partes interessadas e comunidades locais. A partir destes conceitos segundo Melo Neto e Froés (2001) assistimos atualmente o surgimento de uma racionalidade social sendo considerada um processo dinâmico a ser conduzido com vigilância permanente, de forma inovadora e dotado de mecanismos renovadores e de sustentabilidade. A operacionalização desta racionalidade deve ser realizada a partir do reconhecimento de duas dimensões:

- Dimensão interna: corresponde as atividades relativas ao público interno como treinamento, qualidade de vida no trabalho, clima organizacional, saúde e segurança dos funcionários.

- Dimensão externa: corresponde ao desenvolvimento de atividades sociais que beneficiem a sociedade como, voluntariado, investimento social privado, recursos em atividades de preservação do meio ambiente e apoio a projetos de organizações não governamentais.

Este artigo trata de como as empresas podem prestar contas às partes interessadas de suas as ações realizadas para atingir estas dimensões. Os instrumentos aqui apresentados indicam o espectro de atingimento destas ações através da gestão de responsabilidade social corporativa. Esta forma de gestão assume um caráter dramático dada a precariedade que as relações entre as empresas , os consumidores, o meio ambiente e a sociedade como um todo atingiram neste século.

3. Modelos de Reporte de Desempenho Social, Econômico e Ambiental

Em 1999, através de Núcleo de Estudos e Pesquisas de Ações Públicas não Estatais (NEAP), coordenado por Ana Maria Peliano, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) iniciou uma pesquisa intitulada *Pesquisa Ação Social das Empresas* disponível em (www.ipea.gov.br/asocial). A pesquisa foi realizada, em 1999, no Sudeste, em 2000, no Nordeste e Sul, e, em 2001, no Centro-Oeste e Norte, tendo como base informações referentes ao ano anterior ao da realização do levantamento. Em cada uma das regiões, foram pesquisadas cerca de 1,8 mil empresas. Dentre as constatações a que nos chamou a atenção foi o dado de que poucas são as empresas que realizam avaliação de suas ações denotando claramente um caráter assistencialista e não profissional, um caráter de doação e dependência. Outro resultado que chamou a atenção e motivou-nos para o presente artigo foi o de que das empresas pesquisadas 91% no SE, 86% no NE e 93% no Sul declararam não divulgarem suas ações sociais. No relatório das Comissões das Comunidades Européias (2001) também denominado Livro Verde da Comunidade Européia encontramos a seguinte passagem no item 67. "são escassas as empresas que avançam muitos pormenores sobre suas políticas e o seu desempenho em termos de gestão de recursos humanos e em relação as questões de emprego a formação do pessoal e responsabilidade da administração" , recomendando no item 66 " para que sejam úteis os relatórios importa chegar a um consenso global quanto ao tipo de informação a fornecer, ao formato do relatório, bem como à fiabilidade do processo de avaliação e auditoria".Outra pesquisa importante foi realizada durante os meses de agosto de 2003 através do o Núcleo de Ação Social (NAS) da Federação e Centro das Indústrias do

Estado de São Paulo (FIESP) disponível na revista Banas qualidade de abril de 2004 (www.banasqualidade.com.br) que levantou dados sobre responsabilidade social corporativa (SER) para avaliar e conhecer da ação das indústrias paulistas sobre o tema. Entre os resultados apontados chamou-nos a atenção que: somente 35% fornece informações de possíveis danos ambientais; 38,9% das pesquisadas desenvolve ações de educação ambiental (interação com a comunidade) e apenas 30,3 discute com fornecedores (partes interessadas) suas responsabilidades por impactos ambientais. Dado o exposto,a nossa contribuição é no sentido de apresentar os instrumentos de reporte que a iniciativa privada pode utilizar para aperfeiçoar o seu sistema de gestão de responsabilidade social, saindo de uma visão assistencialista para uma visão estratégica.

3.1. Norma AA 1000 (Relatório Social)

O AA 1000 é considerado o primeiro padrão internacional de gerenciamento de responsabilidade social. Empresas, principalmente dos Estados Unidos e Europa já publicam seus relatórios sociais e ambientais, desde a década passada. Pesquisa realizada em 2001 pela CSR Network, empresa inglesa que presta consultoria na área de responsabilidade social, citada no relatório social de 2002 da Empresa Souza Cruz disponível em www.souzacruz.com.br indicou que cinqüenta por cento das maiores companhias do mundo estão produzindo balanços sociais e ambientais, o que comprova a importância que este modelo de reporte social vem alcançando no novo milênio.

O padrão AA1000s (Standard Series), lançado em 2001 (a primeira versão foi lançada em 1999) tinha como objetivo primeiro orientar os executivos, contadores e os responsáveis pelo planejamento estratégico das empresas, em relação à elaboração e ao processo de mediação das empresas com seus stakeholders (partes interessadas), pois muitas empresas sentiam dificuldades no “como” incluir aspectos éticos, ambientais e sociais e sistematizá-los. A dificuldade maior era ter um documento que servisse como um padrão e pudesse ser usado como paradigma de qualidade de informação e reporte social, bem como ser usado como um meio de comparação, acompanhamento e mensuração para possíveis premiações. O AA 1000 visa então acabar com as metodologias próprias que geravam, muitas vezes mal entendidos e desconfiança generalizada devido à sua inconsistência, contradições e mal formatação dos dados apresentados para a sociedade. O ISEA – Institute of Social and Ethical Accountability, de Londres é uma ONG fundada em 1996 responsável pela reunião de diversas experiências de empresas reconhecidas como benchmarking na área de reporte ético, social e ambiental e pela formatação da última versão. O ISEA atualmente monitora e regulamenta esta norma, para que as empresas, tanto privadas ou não lucrativas, possam aferir seu desempenho social, através de um processo de melhoria contínua que envolva a participação de seus colaboradores, clientes, fornecedores, esfera governamental e comunidade em um constante diálogo entre os atores sociais, conforme podemos verificar no modelo de performance ilustrado na figura abaixo:

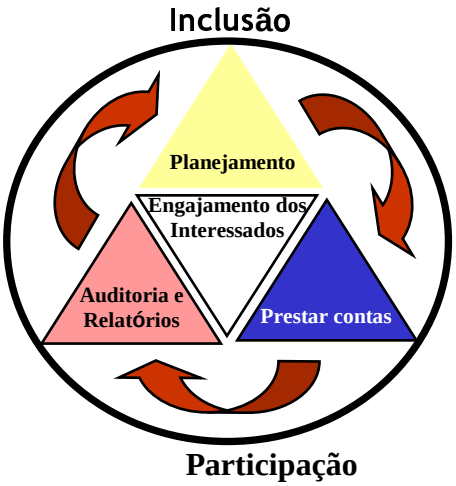

Figura 1 - Esquema representativo do modelo de performance AA 1000

Como podemos verificar na figura acima, o AA 1000 é um processo mais complexo que o Balanço Social, pois pode ser certificado, exigindo investimentos, especialização, verificação constante, montagem de equipe para sua elaboração, precisa ter foco nos seus processos, visão clara dos grupos de pressão e o grau de importância destes para o seu negócio e um eficiente sistema de meios de comunicação. O reporte nesta modalidade deve ser flexível a ponto de poder aumentar ou diminuir o número dos grupos de pressão, conforme o diálogo, através da melhoria contínua, for evoluindo. Outro aspecto importante a nosso ver, é o aspecto da qualidade do sistema de medição, que deve dar a alta administração uma visão, a mais aproximada possível de determinada situação para que se tenha , em primeiro lugar, credibilidade da informação, em segundo lugar que esta possa se converter em conhecimento a ser agregado no planejamento estratégico após a implementação efetiva.

Empresas como a Shell, British Telecom, entre outras são alguns exemplos de empresas em nível internacional que utilizam os requisitos em seus balanços sociais. No Brasil empresas como Souza Cruz, SESI e CEMIG já utilizam os conceitos e parâmetros do AA1000 em seus processos. Este padrão, porém, dada a sua complexidade, ainda está restrito a grandes empresas que tem condições de investir em uma estrutura que possa atender a todos os seus requisitos.

3.3. Indicadores de Hopkins

Os indicadores de responsabilidade corporativa propostos em 1997 por Michael Hopkins, segundo Queiroz (2001) foram baseados no modelo de Desempenho Social das Empresas (Corporate Social Performance) desenvolvido inicialmente por Wartick e Cochran e posteriormente adotado como guia por Donna Wood, que consolidou estes estudos. A intenção de Wood, segundo Queiroz era de “permitir a visualização das dimensões e relacionamentos de uma empresa socialmente responsável”. O modelo de Hopkins define nove elementos divididos em três níveis que abaixo listamos:

Nível I – Princípios de responsabilidade Social
1. Legitimidade
2. Responsabilidade Pública
3.Arbítrio dos executivos
Nível II – Processos de capacidade de resposta social

4. Percepção do ambiente
5. Gerenciamento dos stakeholders
6. Administração de questões
Nível III – Resultados /ações de responsabilidade social
7. Efeitos nos stakeholders internos (proprietários/acionistas, executivos,funcionários)
8. Efeitos nos stakeholders externos (clientes/consumidores,meio ambiente,comunidade, fornecedores)
9. Efeitos institucionais externos

Para cada um destes nove elementos foram criados indicadores e respectivas medidas, como exemplo podemos citar o elemento "Efeitos nos stakeholders externos" do nível III – Resultados/ações de responsabilidade social, que tem como indicadores :

- Poluição
medida: Performance em relação a índices, litígios e multas
- Reciclagem e uso de produtos reciclados
medida: porcentagens
- uso de etiqueta ecológica nos produtos
medida: sim/não

A idéia é de avaliar tanto empresas privadas como publicas, criando, da mesma maneira que o GRI, e o AA 1000, um conjunto de elementos (padrão de auditoria) que permitam, através de comparação de dados, quantificar a performance de responsabilidade social, ambiental e econômica.

3.4. Global Reporting Initiative – GRI (Iniciativa Global para apresentação de relatórios)

Criado em 1997, nos Estados Unidos o Global Reporting Initiative (GRI), reúne uma série de 96 indicadores que avaliam o alinhamento das empresas aos conceitos de sustentabilidade. Em torno do GRI convergem ONGs, corporações e universidades do mundo inteiro, no sentido de criar o "estado da arte" em termos de performance social. O GRI em 2002 foi adotado pela ONU, que lhe conferiu reconhecimento e "status" de modelo internacional de performance social, transformando-se em uma ONG, com sede em Amsterdã, Holanda.

Para aperfeiçoamento, ajustamento e revisão de seus índices, o GRI procurou, dentro de uma filosofia de melhoria contínua, realizar pesquisas junto a 2000 pessoas, empresas e ONG's, como por exemplo o Greenpeace, distribuídas em 75 países.

Segundo afirma o suíço Stephan Schmidheiny, CEO do Grupo NUEVA e figura reconhecida no mundo inteiro como um dos maiores incentivadores e promotores do conceito de sustentabilidade no mundo dos negócios, em entrevista a Revista Exame de 11/06/2003, afirma: "O GRI é o conjunto mais abrangente e confiável já produzido para divulgar informações sobre a gestão sustentável". Seu manual consta de 100 páginas onde são detalhados os 96 indicadores econômicos, éticos, sociais e ambientais. O número de adesões ao GRI , não para de crescer, pois segundo o mesmo artigo, 253 empresas usam o método, entre as quais, AT& T, Basf, British Telecon, Danone, Ford, GM, KLM, Nyke, Nokia e Shell, sendo que destas devido ao rigor das verificações, somente 6 empresas conseguiram responder aos 96 quesitos, recebendo o selo "in acordance" (de acordo). No Brasil a Companhia Paulista de Força e Luz, Petrobrás, MacDonald`s e a Souza Cruz , são exemplos de empresas que adotam o método em seus relatórios. Segundo depoimento de Pedro Passos, Presidente de Operações da Natura, à revista Exame Guia da Boa Cidadania Corporativa (Exame,2003 "O GRI torna transparente os resultados da gestão integrada"), demonstrando a

extensão dos elementos que compõem este modelo de reporte.

Para Nelmara Arbex, Gerente do Instituto Ethos, fazendo uma comparação entre estes modelos no Guia da Boa Cidadania Corporativa (Exame, 2003),em termos de visibilidade, o AA1000 é um diálogo e o GRI uma conferência global", confirmando a amplitude de conceitos envolvidos neste processo. No quadro abaixo, demonstramos esta amplitude através das principais diretrizes que deverão ser especificadas e dimensionadas pelas empresas que queiram tornar públicas as suas ações em nível ambiental, ético, econômico e social, baseadas no modelo GRI:

PRINCIPAIS DIRETRIZES	ESPECIFICAÇÃO
PRODUTO	Segurança do produto/riscos Padrões de marketing
CADEIA DE FORNECEDORES	Padrões para aquisição de matérias primas Escolha dos fornecedores
MEIO AMBIENTE	Biodiversidade Emissões das fábricas Rejeitos/reciclagens
MÃO-DE-OBRA	Diversidade (sexo,idade,raça) Mão-de-obra infantil Remuneração e benefícios Flexibilidade nos acordos trabalhistas Auxílio para trabalhadores transferidos Treinamento e desenvolvimento
CORPORATIVO	Governança Práticas comerciais Direitos humanos Atividades políticas
COMUNIDADE	Envolvimento comunitário Transferência de habilidades Investimento na comunidade Filantropia

Fonte: Relatório Social da Souza Cruz (2001)

Quadro 1 – Principais Diretrizes do Global Reporting Initiative

Analisando estes modelos e comparando-os verificamos os níveis de dinamismo e complexidade crescentes que apresentam, pois o Balanço Social (que não foi tratado neste artigo) é uma simples comunicação, já o AA1000 é um diálogo que exige feedback constante, revisão de metas, identificação acurada dos stakeholders e prestação de contas. O GRI como "conferência global", já indica um projeto mais audacioso e minucioso em termos de exigências que poucas empresas no mundo conseguem alcançar.

Conclusão

Dado o avanço contínuo da Responsabilidade Social Corporativa e a disseminação de seus conceitos e ferramentas muitas empresas começam a ser pressionadas pelas movimentações do mercado a enveredar por este caminho, mas muitas vezes carecem de informações a respeito de instrumentos disponíveis que lhes dêem condições de elaborar , de forma eficaz, relatórios sobre procedimentos e performance em matéria de gestão de responsabilidade social. Pretendemos, através deste documento, contribuir para um maior esclarecimento sobre

o assunto, principalmente para pequenas e médias empresas, que tem mais dificuldade de acesso a estes instrumentos. Ressaltamos que todos estes modelos estão em constante aperfeiçoamento, recomendando ainda às empresas, sejam de qualquer porte ou tipo de constituição, que ao decidirem tornar públicas as suas ações dentro do modelo triple-bottom line (social, ambiental e econômica) devem realizar uma avaliação ampla para decidir qual o modelo mais adequado levando-se em conta aspectos como o nicho de mercado em que estão inseridos, a influência das partes interessadas (pressão), as metas previstas no seu planejamento estratégico e os custos envolvidos, pois os modelos apresentam níveis de exigência, como vimos, diferenciados.

Bibliografia

ASHLEY , Patrícia. *Ética e Responsabilidade nos Negócio.*, São Paulo: Saraiva, 2003.

BOWEN, Howard R. *Responsabilidades Sociais do Homem de Negócios.* Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

DUARTE, Gleuso Damasceno; DIAS, José Maria. *Responsabilidade social: a empresa hoje.* Rio de janeiro: Livros Técnicos e científicos editora S.A. , 1985.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa* .Rio de janeiro: Nova Fronteira,1986.

Fundação Semear. *Pesquisa sobre Responsabilidade Social no Vale dos Sinos.* Agosto, 2001.

JONES, Marc T. *Missing the forest for the trees:* A critique of the social Responsibility concept and discourse. Business and Society. Vol. 35, p. 21,mar. 1996.

Instituto Ethos empresas e responsabilidades social. *Como as empresas podem (e devem) valorizar a diversidade.* São Paulo: 2001.

LIVRO Verde. *Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas.* Bruxelas: 18/07/2001. Comissão das Comunidades Européias. www.europart.eu.int. Acesso em 15 de set. 2003.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. *Gestão da Responsabilidade Social Corporativa:* O Caso Brasileiro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

NETO, Francisco Paulo de Melo; FROES, César. *Responsabilidade social e cidadania empresarial:* a administração do terceiro setor. 2 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

OLIVEIRA, José Arimatés de. Responsabilidade social em pequenas e médias empresas. *Revista de Administração de Empresas.* Vol. 24, n. 4, 1984.

QUEIROZ, Adele. Responsabilidade social das empresas: dois estudos de casos sobre a aplicação de indicadores, 2001; Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas). Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

Responsabilidade Social nos Negócios. São Paulo: Saraiva, 2002.

REVISTA Exame. Guia da boa cidadania corporativa. São Paulo. N. 754, nov. 2001.

http://www.globalreporting.org. > acesso em 10 mar. 2002.